

FH exige apoio de ministros para aprovar reformas

Presidente também cobra empenho pela reforma agrária e anuncia que sua meta é ampliar número de famílias assentadas

Ailton de Freitas



FERNANDO HENRIQUE caminha na Granja do Torto: 'Sem o FEF, as metas de investimento não serão cumpridas'

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu ontem pela 13ª vez seu Ministério para exigir maior empenho de todo o Executivo para aprovação das reformas da Previdência e da Administração, além da votação da emenda constitucional do Fundo de Estabilização Financeira (FEF). Em tom mais enérgico do que o normal, o presidente mandou um recado ao Congresso: a rejeição à prorrogação do FEF vai causar cortes de gastos ainda maiores no Orçamento Geral da União (OGU), atingindo todos os investimentos do Governo e as emendas dos parlamentares.

— Sem a aprovação do FEF, as metas de investimento do Governo não serão cumpridas — disse ele, olhando para os líderes do Governo no Congresso, que também participaram da reunião.

Fernando Henrique cobrou maior apoio também ao programa de reforma agrária. O presidente quer que os ministros sejam mais atuantes, disse que pretende aumentar a meta de famílias a serem assentadas e anunciou que lançará uma ofensiva para tornar os assentamentos mais produtivos.

— A reforma agrária não é um problema somente do ministro Raul Jungmann, é de todos nós. Precisamos de sintonia fina — disse o presidente.

Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, Fernando Henrique fará o lançamento dessas metas na próxima quarta-feira, num seminário do Governo, no Ministério das Relações Exteriores. Convidada, a direção do MST ainda não confirmou se mandará representante.

Durante a reunião, o presidente não fez as costumeiras brincadeiras com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. O ministro, que criticou recentemente a CNBB por opinar contra a venda da Vale do Rio Doce, entrou cabibaixo na Granja do Torto.

Governo condiciona liberação de verbas à prorrogação do FEF

Fernando Henrique pediu que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, anunciasse a nova programação financeira para 1997. As liberações do Orçamento serão limitadas a 85% do que está previsto para cada ministério, já descontada a previsão de queda de 5% na inflação anual. Os 15% restantes seriam liberados no primeiro semestre deste ano desde que a arrecadação atinja as metas mais otimistas. No segundo semestre, os recursos restantes só serão liberados se a arrecadação prevista se confirmar e o FEF for aprovado no Congresso.

O Governo planeja um superávit de 0,8% do Produto Interno

Bruto — o que corresponde a R\$ 6,6 bilhões — e para isso vai cortar R\$ 1,6 bilhão dos R\$ 31,3 bilhões programados para custeio e investimento. Os investimentos ficam menores em R\$ 700 milhões e o custeio em R\$ 900 milhões. Kandir disse que o corte atingirá vários ministérios.

Kandir disse que o Governo, no entanto, não tem estimativas de seu déficit operacional este ano. O Governo deve fechar seu caixa com déficit primário de 0,8% do PIB graças aos cortes no Orçamento, mas o déficit operacional vai depender muito da variação da taxa de juros. O objetivo de Fernando Henrique é zerar o déficit operacional, mas Kandir prefere não fazer previsões.

Durante a reunião, foi distribuída aos ministros uma cartilha da Presidência da República intitulada "Dois Anos de Mudanças". A cartilha foi preparada com dados fornecidos pelos próprios ministros, pois o presidente acha essencial que todos tenham uma visão global das ações do Governo, em todas as áreas.

Na cartilha, o Governo federal aponta a queda dos preços de aluguel, mensalidades escolares e serviços médicos, aumento do poder de compra das classes baixas, aumento da produção de automóveis e de eletrodomésticos, entre outros indicadores. ■